

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 122.970 - SP (2020/0012599-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : CARLA ROBERTA DE FARIAS (PRESO)
ADVOGADO : MARCELA DE OLIVEIRA CUNHA VESARI - SP160402
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

CARLA ROBERTA DE FARIAS alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no HC n. 2167544-18.2019.8.26.0000.

Nesta Corte, a defesa sustenta a ausência de motivação idônea para decretar a prisão preventiva da ré, pela suposta prática do delito do **art. 121, § 2º, I e IV, c/c os arts. 14, II, e 29, ambos do Código Penal**. Também informa possuir a acusada **filho menor de 12 anos, motivo pelo qual faz jus à prisão domiciliar, nos termos do art. 318-A do Código de Processo Penal**.

Aduz, ainda, haver **indícios de que a ré não foi a executora direta dos golpes perpetrados contra a vítima**.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia provisória ou a sua substituição por prisão domiciliar.

Indeferida a liminar (fls. 196-197), o Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem (fls.202-208).

Decido.

I. Contextualização

A paciente teve sua prisão preventiva decretada, pela suposta prática de crime de **homicídio qualificado**, sob a seguinte motivação:

[...]

Tendo em vista que **esta acusada se mudou para lugar incerto e não sabido**, para garantia da aplicação da lei penal, decreto a prisão preventiva da ré **CARLA ROBERTA DE FARIAS**, com fundamento nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal. Expeça-se

mandado de prisão (fl. 77, grifei).

Os pedidos de liberdade provisória e de prisão domiciliar foram indeferidos, nos seguintes termos:

[...]

Nos termos do parecer do representante do Ministério Público, INDEFIRO o pedido de liberdade provisória, haja vista que não houve alteração da situação fática e jurídica no curso dessa ação penal. Além disso, a alegação de que a ré tem endereço fixo, trabalha informalmente como diarista e ser mãe de família não é suficiente para abalar a convicção deste Magistrado, tendo em vista a necessidade da custódia cautelar.

É imputada à acusada CARLA ROBERTA FARIAS a prática, em tese, de tentativa de homicídio em combinação com mais 3 (três) pessoas, o que evidencia ameaça e violência. Além disso, **durante a instrução dos presentes autos se mudou a requerente para lugar incerto e não sabido.**

No tocante ao pedido de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, **observa-se que no artigo 318A, 1 do Código de Processo Penal não se aplica em crimes cometidos com violência ou grave ameaça a pessoa.** Ademais, observa-se que em relação aos filhos menores de 12 (doze) anos, como previsto no artigo 318, V e parágrafo único do Código de Processo Penal não ficou comprovado que a acusada CARLA é a única responsável pelos mesmos.

Diante do exposto e em concordância com os argumentos trazidos pelo Ministério Público (fls. 1026/1028), indefiro o pedido de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar (fl. 87, grifei).

Irresignada, a defesa impetrou habeas corpus perante o Tribunal local, que denegou a ordem. Confira-se:

Com relação à pretensa desproporcionalidade da prisão cautelar, registro que meras especulações a respeito da natureza do crime efetivamente praticado pela paciente,

sobre a resposta penal que lhe será dada, e acerca de que benefícios merecerá, são assuntos inadequados para serem discutidos agora, e nos limites estreitos do Habeas Corpus.

Por fim, tendo em vista que CARLA praticou o crime com o emprego de violência, torna-se incabível a conversão da prisão preventiva em domiciliar, por expressa vedação do artigo 318-A, inciso I, do Estatuto de Rito: “A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:

I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa' (fl. 132, grifei).

Em consulta à página eletrônica da Corte de origem, verificou-se que o processo vem recebendo impulso regular, cartas precatórias foram expedidas e que os prazos estão suspensos até o dia 8/6/2020.

II. Idoneidade do decreto de prisão preventiva

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Na espécie, **são idôneos os motivos** apontados para justificar a prisão preventiva da acusada, por evidenciarem a sua periculosidade, revelada pelo *modus operandi* empregado – **golpes de arma branca desferidas contra a vítima, em conjunto com outras duas agentes** –, **bem como a necessidade de resguardar a instrução criminal, visto que ela estava foragida no momento da decretação de sua custódia provisória**, circunstâncias suficientes, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para justificar a prisão cautelar.

Nesse sentido:

[...]

3. Ademais, a prisão preventiva encontra-se justificada para assegurar a aplicação da lei penal e garantir a instrução criminal **em razão de o recorrente ter permanecido foragido durante grande período após a conduta delituosa apurada.**

4. Os fundamentos adotados para a imposição de prisão indicam, no caso, que as medidas alternativas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.

5. Recurso ordinário desprovido.

(RHC n. 90.695/PB, Rel. Ministro Antonio Saldanha Palheiro, 6ª T., DJe 9/4/2018, destaquei)

III. Impossibilidade de substituição por prisão domiciliar

Importante mencionar o recente precedente da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, nos autos do HC n. 143.641/SP, que, em 20/2/2018, concedeu habeas corpus coletivo "para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar – sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP – de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda [...], enquanto perdurar tal condição" (Rel. Ministro **Ricardo Lewandowski**, DJe 9/10/2018).

Foram **excetuados** na impetração **os casos de crimes** praticados por elas: a) **mediante violência** ou grave ameaça; b) **contra seus descendentes** ou, ainda, c) **em situações excepcionalíssimas**, as quais deverão ser **devidamente fundamentadas** pelos juízes que denegarem o benefício. O habeas corpus comportou concessão, porquanto o aresto combatido não havia indicado nenhuma das ressalvas em apreço.

Tal julgado confere concretude à Lei n. 13.257/2016 (Estatuto da Primeira Infância), a qual prevê a formulação e a implementação de políticas públicas para as crianças que estão na "primeira infância" – período que abrange os primeiros seis anos completos de vida do infante.

A referida lei estabelece um conjunto amplo de ações prioritárias que devem ser observadas na primeira infância (0 a 6 anos de idade), mediante "princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano" (art. 1º), em consonância com o Estatuto

da Criança e do Adolescente.

A novel legislação, que consolida, no âmbito dos direitos da criança, a intersetorialidade e a corresponsabilidade dos entes federados, acaba por resvalar em significativa modificação no Código de Processo Penal, imprimindo nova redação ao inciso IV do seu art. 318, **além de acrescentar-lhe os incisos V e VI**. Nos termos do inciso V deste dispositivo legal, basta que a investigada ou a ré tenha filho de até 12 anos de idade incompletos para obter, **em tese**, direito à prisão domiciliar.

É perceptível que a alteração e os acréscimos feitos ao art. 318 do Código de Processo Penal encontram suporte no próprio fundamento que subjaz à Lei n. 13.257/2016, notadamente a garantia do desenvolvimento infantil integral, com o "fortalecimento da família no exercício de sua função de cuidado e educação de seus filhos na primeira infância" (art. 14, § 1º).

Ademais, com a publicação, em 20/12/2018, da Lei n. 13.769/2018, foram incluídos no Código de Processo Penal os seguintes dispositivos (grifei):

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for **mãe ou responsável por crianças** ou pessoas com deficiência **será substituída por prisão domiciliar**, desde que:

- I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;
- II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

Art. 318-B. A substituição de que tratam os arts. 318 e 318-A poderá ser efetuada sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 deste Código.

O acórdão combatido foi claro ao asseverar que **a conduta imputada à paciente – homicídio – foi perpetrada com violência contra a vítima e, por isso mesmo, se enquadra nas exceções previstas no art. 318-A do Código de Processo Penal**.

IV. Indícios de autoria – dilação probatória

Por fim, resalto que o exame **dos limites da participação**

da ré na empreitada criminosa demandaria ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus.

Nesse sentido:

[...] 2. A moldura fática delineada pelas instâncias ordinárias evidencia a presença de indícios suficientes da participação da acusada na atividade ilícita, até mesmo com o envolvimento de seu irmão adolescente na tentativa de ocultar drogas e destruir documentos.

Logo, para rever esse entendimento, seria necessária ampla dilação probatória, incompatível com a via estreita do habeas corpus. [...]

(HC n. 510.012/PR, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 9/9/2019)

V. Dispositivo

Por fim, ressalto que, sob o prisma do entendimento adotado por esta Corte Superior de Justiça acerca da necessidade de manutenção da custódia preventiva em casos como o dos autos, não há óbice a que se decida este recurso em habeas corpus de forma monocrática, haja vista ser expressamente autorizado – pelo inciso XX do art. 34 do Regimento Interno deste Superior Tribunal (aplicável também ao recurso em habeas corpus, por força do art. 246 do RISTJ) – que o Relator decida o habeas corpus, **monocraticamente**, quando a decisão impugnada se conformar com a jurisprudência dominante acerca do tema.

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, c/c o art. 246, ambos do RISTJ, **nego provimento** ao recurso em habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

Relator